



Marinha e arqueólogos do CNANS operam em conjunto para proteger património cultural subaquático

- Arqueólogos do CNANS, Marinha e AMN estão a operar conjuntamente, partilhando meios e informações
- Existem cerca de 7000 naufrágios referenciados em águas sob soberania ou jurisdição nacional, incluindo nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
- Ministros da Defesa e da Cultura embarcaram no NRP Andrómeda, ao largo de Oeiras, e assistiram a uma demonstração de atividades

Ministério da Defesa e o Ministério da Cultura assinaram em 2025 um protocolo e criaram um Grupo de Trabalho Interministerial para salvaguardar o património cultural subaquático

Arqueólogos do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) estão a operar e a partilhar meios e informações com a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional (AMN) para a deteção, identificação, preservação e proteção desse património. O Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, e a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, embarcaram, esta quinta-feira, no navio hidrográfico NRP Andrómeda, ao largo de Oeiras, e assistiram a uma demonstração de atividades que constituem uma mais-valia na pesquisa ou validação de zonas, ou mesmo de alvos com forte potencial, podendo assim contribuir para a salvaguarda do património Subaquático.

Existem cerca de 7000 naufrágios referenciados em águas sob soberania, ou jurisdição nacional, incluindo nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo que, na sua maioria, se desconhece a posição ou informação histórica.

Nesse sentido, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Cultura Juventude e Desporto assinaram, a 15 de maio de 2025, um protocolo, com vista à criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático.

Portugal está atento à importância da história marítima nacional e dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português, nomeadamente no quadro das obrigações resultantes da Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, adotada em 2001, em



cujos trabalhos preparatórios participaram representantes nacionais da área da Cultura e da Autoridade Marítima, bem como a Declaração de Lisboa na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas.

O CNANS tem competências relativas ao património cultural subaquático, incluindo a atualização da carta arqueológica do património náutico e subaquático nacional, no âmbito da carta arqueológica de Portugal, através da pesquisa e levantamento de sítios arqueológicos.

A nova estratégia aglomera sinergias institucionais e funcionais, criando um instrumento interdepartamental com vista a estabelecer medidas e ações de salvaguarda e preservação do património cultural subaquático em espaços sob soberania ou jurisdição nacional.
